



O PODER DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ESCOLA

FÁBIO ANDERSON DE ASSUMPÇÃO SILVA

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um elemento central na estruturação e desenvolvimento das práticas educativas nas escolas, atuando como um guia para a formação continuada de professores e a gestão escolar democrática. Este artigo explora a importância do PPP como um documento estruturante que não apenas define objetivos, metas e técnicas, mas também promove a articulação entre gestores, docentes e a comunidade escolar. O objetivo geral é destacar o papel do PPP na melhoria da qualidade educacional, enquanto o objetivo específico é analisar como ele pode ser utilizado como ferramenta de integração de toda a comunidade escolar. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica e análise teórica de conceitos educacionais, com foco na cooperação entre os diversos segmentos da escola. Os resultados indicam que a implementação eficaz do PPP contribui para a criação de um ambiente escolar mais colaborativo e inovador, onde a gestão democrática é fortalecida e os objetivos educacionais são mais facilmente alcançados. Conclui-se que o PPP é essencial para a construção de uma escola que responde às demandas contemporâneas de educação, promovendo a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo e garantindo uma educação de qualidade para todos. Este estudo reforça a necessidade de um planejamento cuidadoso e participativo na elaboração do PPP, destacando sua relevância como instrumento de transformação e inovação no contexto escolar.

Palavras-chave: Gestão; Parceria; Democrática; Comunidade, Aprendizagem

1 INTRODUÇÃO

Toda ação humana que visa alcançar um objetivo, seja esse qual for, passa pela elaboração de um projeto ou de um plano de ações. Quando é elaborado um projeto ou um plano de ações se descrevem os objetivos, as metas, os prazos, as técnicas, os recursos, as verificações de controle, as ações preventivas, as ações de ajustes, a finalização, a análise, a reflexão dos resultados e, se for o caso, o replanejamento, com inovações.

Dentro da educação não é diferente. É necessário um plano de ação, um projeto de ensino que oriente e direcione as práticas educativas, a fim de se obter uma educação de qualidade para todas as pessoas.

As políticas públicas de educação têm como objetivo definir os parâmetros educacionais e as aprendizagens que todas as pessoas devem atingir ao finalizar o seu percurso dentro da Educação Básica. Ocorre, no entanto, um grande problema dentro deste modelo universal: as particularidades sociais que cada região brasileira tem e a realidade da comunidade na qual a escola está inserida.

Para atender essas demandas regionais e locais, a Lei de Diretrizes e Bases, LDB (1996), em seu artigo 12, instituiu que todas as unidades escolares deveriam elaborar um projeto educacional próprio, alinhado com suas necessidades locais e em consonância com as políticas públicas municipais, estaduais e nacionais de educação.

A Base Nacional Curricular Comum - BNCC (BRASIL, 2018) é um dos documentos mais importantes das políticas públicas adotadas para a educação, pois elenca as competências e habilidades que todos os cidadãos devem possuir ao fim da Educação Básica, perpassando

desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018, p. 8), competência é:

A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Este documento ainda faz a indicação de dez competências gerais da Educação Básica que são essenciais para a educação e transformação da sociedade, tais como exercitar a curiosidade intelectual, valorizar as diversas manifestações culturais, utilizar meios diversos para se comunicar e compreender os recursos digitais, entre outras competências.

A ideia principal é de que as competências e diretrizes sejam comuns, mas o currículo e seu planejamento sejam adaptados, pois cada localidade e comunidade de aprendizagem têm suas próprias demandas do cotidiano, que geram suas particularidades e não podem ser generalizadas.

Este foi um passo importante dado pelas políticas públicas em direção a um projeto educacional único e federativo, mas também alinhado à realidade local, com possibilidade de diálogo com todos os sujeitos inseridos no processo educativo dentro do estabelecimento escolar. Cabe agora à gestão escolar e à comunidade de aprendizagem sistematizarem e organizarem essas propostas em um plano de ação educativo.

Neste mesmo raciocínio de cooperação na elaboração do projeto pedagógico, Libâneo (2012, p. 251) afirma que:

Cabe assim aos dirigentes escolares, professores, pais e comunidade assumir a construção da escola por meio do projeto político-pedagógico (PPP), para o que se fazem necessárias a articulação entre os diversos segmentos que a compõem e a criação de espaços e meios (mecanismos) de participação, de modo que a gestão democrática esteja em função de objetivos educacionais.

Com esta demanda educacional para a elaboração de um projeto de ensino, remete-se, novamente, para o Projeto Político Pedagógico, mais conhecido como PPP. No entanto, por que este nome?

- Projeto: porque este movimento de criar ações transformadoras e inovadoras dentro da escola envolve um planejamento para que se tenha uma visualização em qual situação se está, e para a qual situação se quer mudar;
- Projeto Político: porque toda ação educativa é uma ação social e política. Por meio das propostas e ações educativas se diz qual sociedade se quer, como se chegará lá e quais cidadãos estarão nessa;
- Projeto Político Pedagógico: porque orienta quais recursos serão utilizados e quais ações educativas serão desenvolvidas para a formação integral do cidadão.

O Projeto Político Pedagógico direciona, sistematiza e organiza as ações políticas e pedagógicas da escola, sendo sua principal função garantir um ensino de qualidade e adequado às necessidades da sociedade atual, mostrando a trilha educacional que o indivíduo irá percorrer para atingir este objetivo.

Este documento é a identidade da escola e, por meio desse, a escola expressa suas concepções de educação, seus objetivos, seus métodos, seus ritos, suas crenças, seus valores, seus costumes, seu regimento interno, suas normas e suas regras de conduta, criando com isso a sua cultura escolar.

Dessa maneira, se verifica a importância da elaboração de um Projeto Político Pedagógico contextualizado com a realidade local e democrático, alinhados com as diretrizes nacionais, estaduais e municipais de educação, mantendo uma visão emancipadora, libertária, socializadora do conhecimento, preparando o cidadão para a convivência social e o trabalho.

Caso o Projeto Político Pedagógico não atenda a essa demanda de formação cidadã, pode se tornar uma ferramenta de desigualdade e exclusão social.

Agora vem uma questão importante: como construir um Projeto Político Pedagógico? Não há um modelo padrão que formalize a sua construção, pois como já dito anteriormente, cada escola constrói o seu Projeto, tendo como orientação as políticas públicas de educação e seu contexto.

Nesse sentido, se verifica que há a necessidade de movimentar todos os sujeitos inseridos na comunidade de aprendizagem para a construção do Projeto Político Pedagógico. Esse não deve ser um ato isolado, mas sim um ato democrático, participativo e de cidadania, por meio do qual todos serão corresponsáveis pelo Projeto Educacional da escola, do cidadão que essa quer formar e da visão de sociedade e de mundo que a escola, como grupo social, almeja.

Sendo assim, a elaboração do PPP se constitui como um “*start*” para criar a parceria que será formada entre a gestão escolar, o corpo docente e a comunidade escolar na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento das habilidades e competências, que serão necessárias para a realização do trabalho pedagógico no decorrer do respectivo ano letivo

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa implica em uma abordagem qualitativa. Segundo Chizzotti (1998, p. 79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A pesquisa qualitativa possui interesses e objetivos diferentes da pesquisa quantitativa, que privilegia relações numéricas e dados estatísticos. Esta forma de pesquisa busca entender os processos históricos e subjetivos pelos quais os fenômenos ocorreram, observando suas essências e motivações.

Dentro da pesquisa qualitativa, há uma ramificação conhecida como pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica implica na busca de materiais relevantes e já publicados sobre o problema da pesquisa, como jornais, revistas, livros, periódicos, teses, dissertações, entre outros.

Segundo Amaral (2007):

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa (AMARAL, 2007, p. 1).

A pesquisa bibliográfica propicia a busca por um novo enfoque e inovação sobre o tema pesquisado e por isso, ela se torna a mais adequada para a realização deste trabalho

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Quando se pensa em viajar, comprar um imóvel, fazer uma aplicação em algum investimento, seja qual for a ação, é preciso organizar um plano de ação alinhado com os objetivos, e este deve ser viável.

Intuitivamente, mesmo sem que se perceba, são feitos alguns questionamentos básicos, tais como: o quê? os objetivos; por quê? as motivações; para quê? a intencionalidade; para quem? o público-alvo, o beneficiário de nossas ações; como? técnicas e recursos que serão utilizados para a execução, controle, coleta de informações, verificação e realinhamento caso necessário (feedbacks); onde? organização e estruturação dos espaços; com quem? pessoas que participarão desta ação; quando? organização e estruturação dos tempos.

Nessa mesma perspectiva, Luck (2009, p. 34) diz que: “Um plano ou projeto constitui, portanto, um compromisso de ação, com percepções claras e específicas sobre o que será feito, como, quando, por quem, para quem e com que objetivos”.

Este pode ser um escopo inicial que funcione perfeitamente, quando a intencionalidade é a construção de um objeto, mas em educação a intencionalidade é um sujeito.

Apesar desta estrutura proporcionar algumas indicações iniciais de como é feito um planejamento, não se deve esquecer de que planejar uma ação educativa não é algo fácil, como uma receita de bolo, pois envolve a ação de vários sujeitos diferentes e com papéis diversos dentro dessa ação educativa.

A secretária educa quando atende bem o cidadão ao chegar à recepção da escola. O inspetor educa ao orientar os estudantes na entrada, na saída da escola e nos intervalos. A merendeira educa ao ser gentil e cortês ao preparar e servir o almoço para os estudantes.

Criar um projeto educacional não é um ato isolado, é um ato de “estar juntos”, “criar juntos” e “viver juntos”. Um projeto sempre visa melhorar o que se tem agora, com uma visão futurista de qualidade e constante evolução. Esse deve inovar a escola através de novas ideias, de novas perspectivas, de novos modelos de formação, de uma reestruturação do trabalho escolar, de mudanças na cultura escolar e na reorganização do currículo escolar.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, deixa isso bem claro quando afirma, em seu artigo 11:

A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País (BRASIL, 2010, art. 11).

Essa ideia é reforçada em seu parágrafo único:

Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas (BRASIL, 2010, § único).

Devem ser seguidas as políticas públicas que estabelecem os parâmetros nacionais, estaduais e municipais de educação que servem como base legal para orientar. Porém, mais importante do que documentos, processos e ferramentas, são os indivíduos, as aprendizagens, os compartilhamentos, as interações, as convivências e o contexto da cultura escolar.

O Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007, dispõe sobre:

A implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica” e em seus artigos XII, XVI, XXII, XXIII e XXV discorrem sobre fatos importantes que trabalhamos nesta pesquisa, que são:

- XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação;
- XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;
- XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino;
- XXIII - elaborar plano de educação e instalar Conselho de Educação, quando inexistentes;
- XXV - fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso (BRASIL, 2007, art. 2º).

Daí a importância de se consultar toda a comunidade de aprendizagem, ou seja, pais, estudantes, funcionários, professores, gestores e da comunidade, para que haja uma maior diversidade de experiências, de conhecimentos, de vivências e de opiniões, fazendo com que todos sejam sujeitos participativos e cientes de suas responsabilidades dentro deste Projeto Educativo.

Esta ideia de comunidade de aprendizagem, trabalhando em prol de uma melhoria na qualidade da educação, é uma ideia também defendida por Luck (2009, p. 16), quando o autor afirma que:

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores.

O conhecimento da realidade ganha novas perspectivas: a organização do projeto político-pedagógico da escola e o seu currículo; o papel da escola e o desempenho de seus profissionais, que devem renovar-se e melhorar sua qualidade continuamente, tendo os estudantes como centro de toda a sua atuação.

Esta conscientização na construção do Projeto Político Pedagógico é o que o torna algo realista e contextualizado com a realidade local, deixando de ser apenas mais um documento burocrático para ser o DNA da instituição escolar, a sua identidade perante a comunidade.

Além disso, este convite ao corpo docente e à comunidade de aprendizagem é o primeiro passo que pode ser dado pela direção escolar para mostrar a intenção de construir uma parceria com todos os participantes do processo educacional (professores, funcionários, estudantes, pais e outros).

Esse primeiro passo abrirá o caminho para que todos participem ativamente das decisões escolares por meio de sugestões e de ações educativas, formando uma parceria em prol da melhoria da qualidade educacional e das relações que ocorrem dentro da unidade escolar.

Este ato também demonstra, claramente, que a gestão escolar quer promover a gestão democrática e participativa de toda a comunidade de aprendizagem, como determina a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, art. 14).

É importante salientar que esta pode ser a oportunidade inicial para a formação continuada dos professores in loco, possibilitando ao corpo docente a oportunidade de argumentar, de refletir, de opinar e de compartilhar ideias sobre a organização estrutural da escola, bem como propor melhorias e inovações que possam ser implantadas nos currículos e nas práticas pedagógicas.

Entretanto, ouvir tantas vozes assim pode levar um longo tempo, e esses debates, que seriam ricos em opiniões e ações educativas, tornariam o processo cansativo, desmotivador e sem fins práticos. Para solucionar este problema, um primeiro passo seria organizar a eleição de um conselho escolar, formado por pais, estudantes, professores, funcionários e gestores escolares, o qual garantiria a representatividade de toda a comunidade, de forma participativa e democrática, dentro da construção do Projeto Político Pedagógico.

Participar das tomadas de decisões dentro do ambiente escolar é uma das principais prerrogativas do conselho escolar, de forma que seu papel é preponderante na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Vê-se, novamente, a importância do Projeto Político Pedagógico como ação política e educativa até seu processo de construção e estão sendo exercidas na prática situações de diálogo, respeito, democracia, representatividade, criticidade, criatividade e inovação, entre outros.

O Projeto Político Pedagógico é um documento vivo, particular de cada instituição, que deve dialogar com o dia a dia da escola, e não apenas se apresentar como mais um documento burocrático. Ele deve servir como material de consulta nos momentos de conflitos, de dúvidas, e ser revisto e atualizado anualmente, uma vez que a realidade escolar muda constantemente.

4 CONCLUSÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) se revela como um elemento vital na construção de uma educação de qualidade, servindo não apenas como um guia para práticas educativas, mas também como um catalisador para a construção de uma gestão democrática onde gestores professores, funcionários, pais e estudantes trabalhem em um processo de parceria e corresponsabilidade na criação de uma comunidade de aprendizagem

Ao promover a participação ativa de toda a comunidade escolar, o PPP fortalece a identidade institucional, alterações estruturais na hierarquia e contribui para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e inovador.

Esperamos que este artigo propicie uma nova visão sobre a importância do PPP na transformação estrutural, social e educacional no ambiente escolar, como também abra novas perspectivas para pesquisas que incluam estratégias para ampliar ainda mais a participação comunitária, garantindo que o documento continue a evoluir e a responder às demandas educacionais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C5_Como_fazer_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 02 out 2024

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. Educação escolar: Políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.